



## EDITAL DE LICITAÇÃO

<b>Modalidade:</b> PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026		<b>Processo:</b> PROCESSO ELETRÔNICO: 0000752.05.01-2026	
<b>Data de Abertura:</b> 03/06/2026		<b>Horário de Abertura:</b> 10:00 Horas (Horário de Brasília)	
<b>Plataforma (site):</b> <a href="https://www.licitanet.com.br">https://www.licitanet.com.br</a>			
<b>Órgão Requisitante:</b> Secretaria Municipal de Saude – SEMUSA			
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa qualificada para fornecimento de material permanente (AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em atendimento a Proposta Nº 07021/2025-11 e Proposta Nº 07006/2025-17, conforme Termo de Referência.			
<b>Valor Total Estimado para Contratação:</b> R\$ 227.468,25 (duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos).			<b>Lance Mínimo:</b> R\$ 0,01
<b>Registro de Preços?</b> Não	<b>Vistoria / Visita Técnica</b> Não	<b>Instrumento Contratual</b> Contrato	<b>Critério de Julgamento</b> Preço por Item
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>			
<b>Requisitos Básicos:</b> Sicaf ou documentos equivalentes		<b>Requisitos Específicos</b> Conforme Termo de Referência	
O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicado.			
<b>Modo de Disputa</b> Aberto	<b>Licitação Exclusiva ME/EPP?</b> Não	<b>Reserva de Cota ME/EPP?</b> Não	<b>Exige Amostra/ Demonstração</b> Não
DA NÃO UTILIZAÇÃO DE LOTES EXCLUSIVAS E COTAS RESERVADAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 - (ART. 48, I E III), conforme estabelecido pela ordenadora de despesa no item 16. do <b>Termo de Referência – Anexo I deste Edital.</b>			
<b>Prazo de envio da Proposta Reajustada e Documentos de Habilitação:</b> 120 (Cento e vinte minutos) ou 02 (Duas) horas, após a convocação realizada pelo Agente Conductor.			
<b>Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações:</b> EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA LICITANET, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, conforme Art. 164 da Lei nº 14.133/2021, demais condições junto ao Edital e demais anexos do edital.			
<b>Observações Gerais</b> <b>Obs.:</b> Solicitamos dos fornecedores a leitura de todo edital e anexos. Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.			





**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026/SML/PMCJ/RO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0000752.05.01-2026**

**LICITAÇÃO ABERTA COM AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1 Preâmbulo:**

1.1.1 A Prefeitura do Município de Candeias do Jamari-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 63.761.902/0001-60, com sede à **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – RO – CEP: 76.860- 000**, através da Pregoeira designada pelo **Portaria nº 504/2025** de 04 de Dezembro de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **007/2026** do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento será **POR ITEM**, tendo por finalidade a **Contratação de empresa qualificada para fornecimento de material permanente (AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA)**, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em atendimento a **Proposta Nº 07021/2025-11 e Proposta Nº 07006/2025-17, conforme Termo de Referência**. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis, legislações complementares e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

1.1.2 O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

1.1.3 O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/> (**LICITANET**); e/ou <https://www.candeiasdojamari.ro.gov.br/> na aba de anexos da licitação no link: [https://athus2.candeiasdojamari.ro.gov.br/transparencia/processo\\_compras/](https://athus2.candeiasdojamari.ro.gov.br/transparencia/processo_compras/).

1.1.4 A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

PLATAFORMA DE LICITAÇÕES “LICITANET”	
AGENTE DE CONTRATAÇÃO:	RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	18/05/2026 às 08h00min. (Horário Brasília)
LIMITE P/ CADASTRO DE PROPOSTAS:	03/06/2026 às 09h59min. (Horário Brasília)
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	03/06/2026 às 10h00min. (Horário Brasília)

1.1.5 Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

1.1.6 Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

**1.2 Da Formalização e Autorização:**

1.2.1 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo Nº 0000752.05.01-2026**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legali-

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia  
CEP: 768.60-000 – E-mail: [cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br)





dade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2 Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

## 2 – DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1. OBJETO: **Contratação de empresa qualificada para fornecimento de material permanente (AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em atendimento a Proposta Nº 07021/2025-11 e Proposta Nº 07006/2025-17, conforme Termo de Referência.**

2.1.1 A licitação será julgada por ITEM, conforme tabela constante do Termo de Referência (ANEXO I deste Edital). Facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

Item	Descrição	Quant.	Uni.	Valor Um.	Valor Total
1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA NOVO, ZERO KM, veículo novo, zero quilômetro, cor predominante branca, modelo mínimo 2025/2026, motor gasolina, monocilíndrico, 4 tempos, arrefecimento a ar, sistema de injeção eletrônica, cilindrada mínima de 100 cc, potência mínima de 7,9 cv, transmissão manual de 4 velocidades ou automática, sistema de partida elétrica ou pedal, pneus e rodas originais de fábrica, pneus fabricados no ano corrente ou até 12 meses anteriores entrega, Os veículos deverão ser entregues acompanhados de manual do fabricante, certificado de garantia, chave reserva, documentação necessária para registro e circulação. IMPORTANTE: Todos os veículos devem ser entregues plotados, emplacados /licenciamento e dpvat pela contratada em nome do ente federado;	15	UNI	R\$ 15.164,55	R\$ 227.468,25

2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema <https://www.licitanet.com.br/>, e as especificações constantes no **Termo de Referência** e neste Edital, prevalecerão às últimas;

### 2.3 Das Especificações e das Estimativas de Preços:

2.3.1 Informamos que os itens juntamente com seus valores Unitários e Totais, se encontram junto ao **Estudo Técnico Preliminar – ETP** e **Termo de Referência – TR**, anexo I deste Edital.

2.3.2 A Proposta deverá ser cadastrada por item, conforme **Termo de Referência**.

2.3.3 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema **LICITANET**, e as especificações constantes no **Termo de Referência** e neste **Edital**, prevalecerão às últimas;

### 2.4 Do Prazo/ Local e Condições de Entrega/ Recebimento:

2.4.1 E demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no anexo I deste Edital – **Termo de Referência**, o qual foi devidamente aprovado pela ordenadora de despesa do órgão requerente;

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia  
CEP: 768.60-000 – E-mail: [cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br)





- a) **Local/Horário de Entrega** – Conforme estabelecido no **Termo de Referência** – Anexo deste Edital.
- b) **Prazo de Entrega do Objeto** – Prazo de entrega, conforme **Termo de Referência** – Anexo I deste Edital.
- c) **Da Garantia, Manutenção e Assistência Técnica** – Conforme estabelecidos no **Termo de Referência** – Anexo I deste Edital.

## 2.5 Doa Recursos Orçamentários (Elemento de Despesa):

2.5.1 Conforme **Termo de Referência**, anexo I deste Edital.

## 2.6 Do Pagamento:

2.6.1 Conforme **Termo de Referência** e **Minuta do Contrato**, anexo I deste Edital.

## 2.7 Do Reajuste:

- 2.7.1 O reajuste poderá ser realizado a partir da solicitação da empresa contratada e após análise dessa administração.
- 2.7.2 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 2.7.3 O reajuste será realizado, conforme estipulado no **Termo de Referência** e no **Contrato**.

## 3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 3.3 Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21):

- 3.3.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.3.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.3.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.3.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.3.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;







3.3.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.3.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.3.12 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

3.4 O impedimento de que trata o **item 3.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.3.2 e 3.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7 O disposto nos **itens 3.3.2 e 3.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.9 A vedação de que trata o **item 3.3.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3.10 Em tempo, será analisado também:

3.10.1 Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Prefeitura de Candeias do Jamari/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; (**até que se encerre os prazos das sanções**);

3.10.2 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; (**até que se encerre os prazos das sanções**);

3.10.3 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.





#### 4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2 O licitante interessado **poderá, se assim entender**, enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

4.3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3.7 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.3.8 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.3.9 A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.4 ou 3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital;

4.3.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

4.3.11 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

4.3.12 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

4.3.13 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadas-





tramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.3.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.3.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;

4.3.16 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

4.3.17 O licitante deverá comunicar imediato ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário e total;
- b) Marca/Modelo nos casos das peças;
- c) Fabricante;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Termo de Referência**; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**.
  - d-1) Para melhor análise da Proposta, a mesma deverá estar acompanhada de folders/prospecto/ catálogo que contenham as especificações dos objetos ofertados.
  - d-2) A não solicitação da Comissão de Análise Técnica não exime a CONTRATADA da obrigação de apresentação do selo, certificado, registro ou laudo, de controle de qualidade de fabricação respectivo;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.





5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES.**

### **6.1 Da Abertura da Sessão:**

6.1.1 A abertura da presente licitação conduzida pelo pregoeiro, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.2 Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

6.1.3 Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.1.4 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

### **6.2 Da Classificação das Propostas:**

6.2.1 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.2.2 As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do pregoeiro. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3 Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

### **6.3 Da Formalização de Lances:**

6.3.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.







6.3.2 As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

6.3.3 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**;

6.3.4 O licitante poderá fazer uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inaceitável;

6.3.5 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

6.3.6 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;

6.3.7 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

6.3.8 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.3.9 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

a) Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.3.10 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

6.3.11 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;

6.3.12 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

6.3.13 Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inaceitável.

a) A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

6.3.14 Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

6.3.15 No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.licitanet.com.br/>;

6.3.16 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

#### **6.4 Do Benefício às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte:**

6.4.1 A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-ca-





lendarário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação;

6.4.2 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até **5% (cinco por cento)** superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

I – A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (cinco) minutos**, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;

II – Não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 (cinco) minutos**, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

6.4.3 Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

6.5 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

6.5.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.5.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

6.5.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.5.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.5.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) Empresa brasileira;

c) Empresa que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.6 Nos casos em que o **sistema LICITANET** não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio, em sessão pública, com a convocação dos interessados.

## 7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.2 O pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o





valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

7.3 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.6 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

## 8 – DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA:

8.1 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

8.1.1 O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do **Pregoeiro**, ambas as opções devidamente justificadas;

8.1.2 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 8.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.2 A proposta enviada via sistema, após convocação do **Pregoeiro**, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

8.2.1 O envio da proposta de preços ajustada, e seus anexos (QUANDO SOLICITADO), deverá ser anexada corretamente no sistema licitanet, sendo esta compactada arquivo único (EXCEL, WORD, ZIP, DOC, DOCX, JPG OU PDF), tendo em vista que há apenas um campo de inserção.

8.3 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo **Pregoeiro**, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **Pregoeiro** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá





nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.7 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS** com no máximo **02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o **Pregoeiro**, poderá convocar no **CHAT MENSAGEM** para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os **PARA MENOS**.

#### 8.8 Das Correções Admissíveis;

8.8.1 Nos casos em que o Pregoieiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

- a) Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;
- b) Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos porpreços unitários, o(a) Pregoieiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preçosunitários e alterando em consequência o valor da proposta.

8.9 A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoieiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

### 9 – DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;

9.1.2 **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

9.1.3 **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

9.1.4 **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

- a) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário:

- a) Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoieiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#));







- b) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#));
- c) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#));
- d) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;
- e) Caso atendida as condições de participação, iniciado o processo de habilitação.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.3.1 e 4.3.6** deste edital.

9.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

#### 9.5 Será **DECLASSIFICADA** a proposta vencedora que:

- 9.5.1 Contiver vícios insanáveis;
- 9.5.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência**;
- 9.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.6.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.7 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 9.7.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 9.7.2 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;
- 9.7.3 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos





custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi- integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo **Pregoeiro**, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.16 Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.

10.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.3 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se





tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.3.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.4 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **120 (cento e Vinte) Minutos**, podendo ser prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro;

10.4.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.5 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

10.5.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7 Será verificado se o licitante apresentou **DECLARAÇÃO** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#) o [artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), obriga a apresentação dessa declaração).

10.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

#### 10.9 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CPF/CNH/outro) ou sócio administrador.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;

c) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

e) **Microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

f) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Co-





- mercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- h) **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- i) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- j) **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764/1971;
- k) **Empresas organizadas em CONSÓRCIO**: compromisso de Constituição de Consórcio e documentos contratuais de cada empresa integrante.
- l) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame;

#### 10.10 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) **Certidão de Regularidade de Débito – CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- g) Certidão de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU, Certidões Administração Pública Federal (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- g) Certidão Negativa – CAGEFIMP, (<https://transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>),

#### 10.11 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133,







de 2021, art. 69, caput, inciso II;

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

b.1) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);

b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = \_\_\_\_\_ igual ou superior a 1 (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Ativo Total

SG = \_\_\_\_\_ igual ou superior a 1 (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Ativo Circulante

LC = \_\_\_\_\_ igual ou superior a 1 (Passivo Circulante)

b.2.) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.2.1.) A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 10% do valor do contrato é uma medida essencial para garantir a solidez financeira da contratada, mitigar riscos, assegurar capacidade de investimento, proporcionar segurança ao contratante, cumprir normas legais, garantir a sustentabilidade do projeto e estabelecer um critério objetivo de seleção. Esta medida visa proteger os interesses do contratante e assegurar a execução eficiente e eficaz do contrato.

b.2.2.) A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 10% do valor do contrato visa garantir sua solidez financeira, mitigando riscos e assegurando que ela tenha capacidade de investimento e recursos para executar o projeto com eficiência. Essa prática protege os interesses do contratante, garante o cumprimento das normas legais e estabelece um critério objetivo de seleção. Dessa forma, ela contribui para a sustentabilidade e segurança do projeto, reduzindo as chances de inadimplemento e promovendo transparência e responsabilidade nas contratações públicas.

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**OBS:** As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

## 10.12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.12.1 As exigências se darão na forma do Art. 67 da Lei N.º 14.133/21, e deverão ser apresen-





tados atestados da seguinte forma:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, provenientes de pessoa jurídica, seja de direito público ou privado, deve(m) apresentar compatibilidade em características técnicas equiparáveis ao fornecimento ou prestação de serviços. Esta congruência deve ser avaliada com base nos elementos que compõem a solução referente ao objeto licitatório em questão, estabelecendo uma correspondência clara entre as especificidades do atestado e os requisitos demandados pela licitação.

1 – A apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica constitui requisito essencial para comprovação da aptidão do licitante. A avaliação da capacidade técnica deve focar na compatibilidade das características técnicas do atestado com os requisitos específicos demandados pela licitação (Item), assegurando uma correspondência precisa entre a expertise do licitante e as necessidades do objeto em questão.

2 – Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento/serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo **Pregoeiro**.

3 – Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

4 – Os Atestados poderão ser diligenciados pelo **Pregoeiro** caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível.

5 – Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços.

6 – Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.

10.12.2 A documentação referente a **HABILITAÇÃO JURÍDICA/ FISCAL-TRABALHISTA/ ECONÔMICA/ TÉCNICA** acima citado nos Itens 10.9, 10.10, 10.11 e 10.12, deverá ser inserida no sistema, quanto solicitado juntamente com os demais Documentos de Habilitação, o não envio, e a ausência ou falta de qualquer documentação acima citado acarretará sob pena de inabilitação.

10.12.3 Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

- a) Em nome da licitante com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue;
- b) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;
- c) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

10.12.4 No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa. Caso a licitante pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também que este atende a todas as exigências habilitatórias

### 10.13 OUTROS DOCUMENTOS

10.13.1 Das Declarações que deverão ser marcadas no Sistema de licitações, em campo próprio e em caso de sua ausência, deverão ser apresentadas em papel timbrado a seguir:

a) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63,





inciso IV).

- b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- e) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) em situação irregular perante o Ministério do Trabalho e Emprego;
- f) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) que seja(m) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de agente público responsável pela licitação ou de autoridade superior;
- g) Declaração de que não está impedido de licitar e contratar com a Administração Pública;
- h) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Art. 63, inciso I);
- i) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV). Esclarece-se que, se o sistema de licitações já possuir as declarações mencionadas anteriormente, o licitante não precisará fornecê-las novamente.
- j) Declaração de autenticidade, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;
- l) Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.

10.13.2 A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece a legislação aplicável a matéria, podendo o agente condutor solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

10.13.3 A documentação de habilitação anexada no **sistema LICITANET** terá efeito para todos os itens, os quais a empresa encontra-se participando.

10.13.4. A documentação solicitada, deverá ser anexada corretamente no **sistema LICITANET**, sendo a mesma compactada em 01 (um) único arquivo (EXCEL, WORD, ZIP, DOC, DOCX, JPG ou PDF), tendo em vista que o campo de inserção é único.

10.13.5 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 10.4.1**.





10.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.18 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 11 – DOS RECURSOS

11.1 Após a fase de **HABILITAÇÃO**, declarada a empresa **VENCEDORA** do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas **RAZÕES**, sua intenção de recorrer.

11.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3 O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

11.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.4.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.4.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4.3 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 O prazo para apresentação das **CONTRARRAZÕES** ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.8 A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

11.8.1 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9 A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual







poderá reconsiderar sua **DECISÃO** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, junto ao **Portal Transparência** desta **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO**, endereço constante neste Edital.

#### 11.12 Da Reabertura da Sessão Pública;

11.12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

- a) A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("**DISPARADO AVISO**"), o qual chega junto ao e-mail dos licitantes participantes.

### 12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) itens **ADJUDICANDO-O**.

12.2 Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do **Pregão Eletrônico** constarão de ata divulgada no **Sistema Eletrônico** <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela **Autoridade Competente** que decidiu o recurso.

12.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da **Autoridade Competente** e só poderá ser realizada depois da **ADJUDICAÇÃO**.

12.5 Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à **Autoridade Competente** para decidir acerca dos atos do **Pregoeiro**.

### 13 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa.

13.2 Comete infração administrativa, o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa:

- 13.2.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;





13.2.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- f) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.2.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.2.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.2.5 Fraudar a licitação;

13.2.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.2.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.8 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.3 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.3.1 Advertência;

13.3.2 Multa;

13.3.3 Impedimento de licitar e contratar e

13.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

13.4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.4.2 As peculiaridades do caso concreto;

13.4.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.4.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.4.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normase orientações dos órgãos de controle.

13.5 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **60 dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

13.5.1 Para as infrações previstas nos itens **13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3**, a multa será de **0,5%** do valor do contrato lícitado.

13.5.2 Para as infrações previstas nos itens **13.2.4, 13.2.5, 13.2.6, 13.2.7 e 13.2.8**, a multa será de **0,5% à 30%** do valor do contrato lícitado.

13.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.





13.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Candeias do Jamari/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.9 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)

13.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

13.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.13 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.15 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até **3 (cinco) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados **EXCLUSIVAMENTE** através da **PLATAFORMA LICITANET**, não será aceito Pedidos de Impugnação ou esclarecimentos fei-





tos via e-mail.

14.4 A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://www.licitanet.com.br/>, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

14.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.8 Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

## 15 – DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDOR

15.1 Para as licitantes que **Registraram** a intenção no sistema de Participar do Cadastro de Reserva de Fornecedores neste certame:

15.2 Encerrada a etapa competitiva, as licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário. Serão convocados para o Cadastro de Reserva através do **sistema (LICITANET)** antes da adjudicação/homologação pela autoridade competente.

15.3 A plataforma através do sistema de compras emitirá via e-mail a convocação das licitantes inicialmente interessadas nos itens participantes, caso, deseje fazer parte do Cadastro de Reserva, para que indique no próprio sistema o seu interesse.

15.5 Havendo um ou mais licitantes que registraram a intenção de participar no mesmo item com o valor igual ao do licitante vencedor, será respeitada a ordem de classificação durante a fase competitiva.

15.6 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente serão utilizadas no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, de acordo Art. 18 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

## 16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 A Administração Pública se reserva no direito de:

162.1 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

162.2 Revogar por interesse da **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que a Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.







16.3 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

16.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo **Pregoeiro**.

16.5 Ao Pregoeiro ou a **Autoridade Competente**, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

16.6 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.7 A **HOMOLOGAÇÃO** do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO**.

16.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

16.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do **Pregão Eletrônico**.

16.12 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

16.13 As normas que disciplinam este **Pregão Eletrônico** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, a finalidade e a segurança da contratação.

16.14 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do **CONTRATADO** de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

16.15 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

16.16 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados to-





dos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

16.17 Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

16.18 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o **Termo de Referência**, e por último os demais anexos.

16.19 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site <https://www.licitanet.com.br/>, no **Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e alternativamente no site <https://www.candeiasdojamari.ro.gov.br/>.

16.20 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

16.21 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo email: [cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br), ou na sede **Prefeitura de Candeias do Jamari/RO**.

16.22 Fica eleito o **Foro da Comarca de Porto Velho/RO**, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 17. ANEXOS

17.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

<b>Anexo I</b>	Termo de Referência
<b>Anexo II</b>	Estudo Técnico Preliminar
<b>Anexo III</b>	Análise de risco
<b>Anexo IV</b>	Modelo de Proposta Comercial
<b>Anexo V</b>	Declaração de Autenticidade
<b>Anexo VI</b>	Declaração de Sustentabilidade Ambiental
<b>Anexo VII</b>	Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C. F/1988.
<b>Anexo VIII</b>	Minuta do Contrato

Candeias do Jamari - RO, **15 de Maio de 2026**.

Pregoeiro Designado:  
**RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA**  
Pregoeiro Decreto nº 30/2025

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia  
CEP: 768.60-000 – E-mail: [cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br)





**ANEXO – V**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)**

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026/SML/PMCJ/RO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000752.05.01-2026**

LICITANTE:

CNPJ:

TEL:/ FAX:/ E-MAIL:/ ENDEREÇO:

C. CORRENTE:/ AG:/ BANCO:

Prazo de Validade da Proposta: \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias (mínimo 60 dias)

Prazo de garantia do objeto:

Prazo de entrega:

**OBJETO:** Contratação de empresa qualificada para fornecimento de material permanente (AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em atendimento a Proposta Nº 07021/2025-11 e Proposta Nº 07006/2025-17, conforme Termo de Referência.

Item	Descrição do Objeto	Quant.	Unid	V. Unit.	V. Total
01	<b>AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA NOVO, ZERO KM</b> , veículo novo, zero quilômetro, cor predominante branca, modelo mínimo 2025/2026, motor gasolina, monocilíndrico, 4 tempos, arrefecimento a ar, sistema de injeção eletrônica, cilindrada mínima de 100 cc, potência mínima de 7,9 cv, transmissão manual de 4 velocidades ou automática, sistema de partida elétrica ou pedal, pneus e rodas originais de fábrica, pneus fabricados no ano corrente ou até 12 meses anteriores à entrega, Os veículos deverão ser entregues acompanhados de manual do fabricante, certificado de garantia, chave reserva, documentação necessária para registro e circulação. <b>IMPORTANTE: Todos os veículos devem ser entregues plotados, emplacados /licenciamento e dpvat pela contratada em nome do ente federado.</b>	15	UND.	000.000,00	000.000,00
<b>Total geral</b>					000.000,00

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de **Pregão Eletrônico nº 007/2026**, e seus anexos, apresentaram nossa proposta de preços para o objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.





**Outras informações:**

- **DECLARAMOS** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no **Termo de Referência**.

- **DECLARAMOS** que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal  
CNPJ DA EMPRESA







**ANEXO – VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026/SML/PMCJ/RO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0000752.05.01-2026**

LICITANTE:  
CNPJ:

A empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, localizada na rua \_\_\_\_\_ - N° \_\_\_\_\_ - Bairro \_\_\_\_\_ - Cidade de \_\_\_\_\_ - Estado de \_\_\_\_\_ - CEP: \_\_\_\_\_, **DECLARA** que os documentos apresentados para o certame denominado **PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026/SML/PMCJ/RO**, são autênticos.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal  
CNPJ DA EMPRESA

**OBS:** TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE

Avenida Tancredo Neves – N° 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia  
CEP: 768.60-000 – E-mail: [cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br)

Página - 29





**ANEXO – VII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026/SML/PMCJ/RO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0000752.05.01-2026**

LICITANTE:  
CNPJ:

DECLARO, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026/SML/PMCJ/RO**, instaurado pelo **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0000752.05.01-2026**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades- des Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal  
CNPJ DA EMPRESA

**OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE**





**ANEXO – VIII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026/SML/PMCJ/RO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000752.05.01-2026**

LICITANTE:  
CNPJ:

DECLARAMOS, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).

**Observação:** em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal  
CNPJ DA EMPRESA

**OBS:** TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





#### Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **RAQUEL FRANCA GIL DA SILVA**, CPF: 005.57\*. \*\*2-\*6 em **15/05/2026 15:35:48**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **15X3.4H35.4488.K507.7165**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **2.5C0.845** - Tipo de Documento: **EDITAL DE LICITAÇÃO**.

Elaborado por **ELISÂNGELA BARRETO DE OLIVEIRA**, CPF: 968.63\*. \*\*2-\*4 , em **15/05/2026 - 13:35:15**

Código de Autenticidade deste Documento: 13Z4.3E35.6159.6528.4721

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO

## Termo de Referência 21/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	980681-PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO	ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA	27/04/2026 13:43 (v 0.4)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		0000752.05.01-2026

## 1. Condições gerais da contratação

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de motocicletas novas, zero quilômetro, destinadas ao apoio logístico das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), conforme especificações técnicas abaixo.

Item	Descrição	Quant.	Un.	Valor UN.	Valor total
1	<b>VEÍCULO NOVO TIPO MOTOCICLETA, ZERO KM</b> , cor predominante branca, Ano de fabricação do chassi: 2025/2026, Motor: gasolina monocilíndrico, 4 tempos, arrefecido a ar e com injeção eletrônica; Cilindrada mínima de 100CC; <b>Tanque de Combustível:</b> mínimo 4,2 litros, Potência mínima de 7,9CV; Transmissão manual de no Mínimo 4 velocidades ou automática; . Sistema de partida a pedal ou elétrica, Pneus e rodas originais de fábrica, emplacamento , licenciamento e dpvat pela contratada em nome do ente federado	15	UNI	R\$15.164,55	R\$227.468,25

1.2 O valor estimado para a **aquisição de motocicletas, zero quilômetro**, levou em consideração uma pesquisa detalhada de mercado, realizada por meio de:

- Sistema de Banco de Preços:** levantamento de valores praticados por empresas do ramo, devidamente cadastradas e habilitadas;

A partir dos valores obtidos, resultando em um **valor médio estimado de R\$ 227.468,25 ( Duzentos e vinte sete mil quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**.

Esse valor servirá como **referência para o planejamento orçamentário** e para a **definição do preço estimado da contratação**, garantindo **transparência, razoabilidade e compatibilidade com os preços praticados pelo mercado**, em observância aos princípios da **economicidade e eficiência** na aplicação dos recursos públicos.



## 4. Requisitos da contratação

4.1 A presente contratação tem por objeto a **aquisição de motocicletas novas, zero quilômetro**, destinadas à Secretaria Municipal de Saúde de Candeias do Jamari/RO, com a finalidade de atender às necessidades de deslocamento dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), contribuindo para a execução das ações de atenção primária e vigilância em saúde.

### 4.1.1. Requisitos Técnicos do Veículo

As motocicletas deverão atender, no mínimo, às seguintes especificações:

- Tipo: Motocicleta, zero quilômetro;
- Ano/modelo: 2025/2026 ou superior;
- Cor predominante: branca, original de fábrica;
- Motor: gasolina, monocilíndrico, 4 tempos;
- Sistema de alimentação: injeção eletrônica;
- Cilindrada mínima: 100 cc;
- Potência mínima: 7,9 cv;
- Sistema de partida: elétrica ou pedal;
- Transmissão: manual de, no mínimo, 4 marchas ou automática;
- Sistema de freios: conforme padrão de fábrica, atendendo às normas vigentes;
- Pneus e rodas: originais de fábrica;
- Pneus fabricados no ano corrente ou até 12 meses anteriores à entrega;
- Equipamentos obrigatórios conforme legislação do CONTRAN;
- Atendimento às normas ambientais do PROCONVE.

### 4.1.2. Requisitos Administrativos

As motocicletas deverão ser entregues **zero quilômetro**, em perfeitas condições de uso;

- Entrega acompanhada de:
- Nota fiscal;
- Manual do fabricante;
- Certificado de garantia;
- Chave reserva;

Emplacamento, licenciamento e demais encargos legais deverão ser realizados pela contratada, em nome do ente federado;

Os veículos deverão ser entregues **plotados**, conforme identidade visual da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO e da SEMUSA, contendo brasão, logotipos institucionais e identificação de uso oficial;

### 4.1.3. Requisitos Operacionais

Prazo máximo de entrega: até **30 (trinta) dias úteis**, contados da assinatura do contrato;

Local de entrega: Secretaria Municipal de Saúde de Candeias do Jamari/RO ou outro local indicado pela Administração;

As motocicletas deverão ser entregues com todos os equipamentos instalados, testados e em pleno funcionamento;

Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar assistência técnica em rede autorizada, preferencialmente localizada no Estado de Rondônia.

## 4.2 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 4.3 Garantia da contratação

As motocicletas deverão possuir garantia mínima de fábrica, conforme condições do fabricante, assegurando assistência técnica e substituição de peças durante o período de vigência da garantia.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5.1 Condições de Entrega

O fornecimento do objeto será realizado de forma **integral**, em remessa única, compreendendo a entrega de **15 (quinze) motocicletas novas, zero quilômetro**, conforme especificações técnicas definidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar

### 5.2 Prazo de entrega

**5.2.1** O prazo máximo para entrega dos bens será de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho/ordem de fornecimento, conforme definido pela Administração.

**5.2.2** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### 5.3 Local de entrega

O produto deverá ser entregues no seguinte endereço: Rua Laercio nobre, 281, Bairro Satelite, CEP 76860-000 – Candeias do Jamari (RO) ou outro endereço desde que devidamente informado com antecedência pelo o demandante. O horário de entrega será nos horários de expediente do órgão contratante, entre 08:00 e 13:30, de segunda a sexta-feira, exceto feriados inclusive municipais.

### 5.4 Condições da entrega

As motocicletas deverão ser entregues:

- I – novas, zero quilômetro, em perfeitas condições de uso e funcionamento;
- II – com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito e normas aplicáveis;
- III – acompanhadas de nota fiscal, manual do fabricante, certificado de garantia e chave reserva;
- IV – com emplacamento, licenciamento e demais providências legais realizadas pela contratada, em nome do ente federado, conforme exigido neste instrumento;
- V – plotadas, se esta exigência for mantida no instrumento convocatório;
- VI – com todos os itens instalados, testados e em pleno funcionamento.

### 5.5 Recusa do objeto

O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta vencedora ou nas normas aplicáveis, devendo a contratada promover a substituição no prazo fixado pela Administração, sem ônus adicional.

### 5.6 Garantia e assistência técnica

A contratada deverá assegurar garantia mínima de fábrica para as motocicletas, com assistência técnica autorizada durante todo o período de garantia, observadas as condições estabelecidas no fabricante e no Termo de Referência. Quando houver necessidade de substituição de peças ou correção de defeitos cobertos pela garantia, a contratada deverá adotar as providências cabíveis sem ônus para a Administração.

### 5.7 Recebimento provisório e definitivo

O recebimento do objeto observará as seguintes etapas:

- I – **recebimento provisório**, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, para verificação inicial;
- II – **recebimento definitivo**, após conferência da quantidade, qualidade e conformidade do objeto, mediante termo próprio.



## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput)

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade no e-mail [semusa@candeiasdojamari.ro.gov.br](mailto:semusa@candeiasdojamari.ro.gov.br), admitindo-se outros meios oficiais que garantam a formalização dos atos.

### Fiscalização

6.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) por meio de portaria, inclusive substituto(s), competindo-lhes verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

6.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.5.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II)

6.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.5.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.5.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### Fiscalização Administrativa

6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.6.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### Gestor do Contrato

6.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### Recebimento

7.1. As motocicletas serão recebidas provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período respectivo de execução do contrato;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.12. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Forma e critérios de seleção e regime**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

#### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

#### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, no que couber:

#### **Habilitação jurídica**

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso CNPJ;

8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.6. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7. Prova de regularidade com a **FAZENDA ESTADUAL E MUNICIPAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.8. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

8.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.10. De forma a demonstrar a prova de qualificação econômico-financeira, os licitantes deverão apresentar, conforme art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.11. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.12. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

#### **Qualificação Técnica**

8.13 A empresa licitante deverá comprovar experiência e capacidade técnica para o fornecimento do veículo, conforme exigências estabelecidas neste TR e edital. Para tanto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

##### **8.13.1 Atestado de Capacidade Técnica**

A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de veículo similar ao objeto da licitação. O atestado deverá conter informações sobre a quantidade fornecida, especificações e desempenho do objeto entregue.

- O atestado de capacidade técnica deverá comprovar fornecimento anterior, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível e pertinente com o objeto da presente licitação.
- No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.
- Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

##### **8.13.2 Autorização e Homologação**

O veículo ofertado deverá estar devidamente homologado pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e atender às normas da Resolução vigente do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

##### **8.13.3 Certificação do INMETRO**

O Veículo deverá possuir certificado de conformidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), garantindo que o veículo e seus equipamentos seguem as normas técnicas vigentes.

##### **8.13.4 Adequação às Normas da ANVISA**

O veículo deverá atender às especificações da Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), garantindo que o veículo seja apropriada para transporte de pacientes de forma segura e sanitariamente adequada.

##### **8.13.5 Garantia e Assistência Técnica**

As motocicletas fornecidas deverão possuir **garantia mínima de fábrica**, contada a partir do recebimento definitivo do objeto, abrangendo defeitos de fabricação, vícios de qualidade e funcionamento, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

O prazo de garantia deverá ser de, no mínimo, 12(doze) **meses ou km**, prevalecendo o que ocorrer primeiro, conforme condições do fabricante.

##### **8.13.6 Prazo de Entrega**

O veículo deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias úteis após a emissão da nota de empenho, devidamente regularizado e pronto para uso, incluindo emplacamento e documentação necessária para circulação.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 227.468,85

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 227.468,85 (duzentos e vinte sete mil quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)** . conforme custos unitários apostos na tabela exposta neste Termo

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento de 2026 do Município.

ORÇAMENTÁRIA			
UNIDADE ORÇ	4.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	
SUB-FUNÇÃO	10.301	Saúde / Atenção Básica	
PROGRAMA	20	PROGRAMA DE APOIO À SAÚDE	
AÇÃO	1.035	Adquirir Motocicletas para Atendimento dos Serviços APS	
DR	2.621.0000.0000	IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	
CATEGORIA ECON.	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	570

ORÇAMENTÁRIA			
UNIDADE ORÇ	4.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	
SUB-FUNÇÃO	10.301	Saúde / Atenção Básica	
PROGRAMA	20	PROGRAMA DE APOIO À SAÚDE	
AÇÃO	1.020	AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS PARA OS ACS, Saúde / Vigilância Epidemiológica	
DR	1.632.0000.0000	IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	
CATEGORIA ECON.	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	530





## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**IRGO MENDONCA ALVES**

Autoridade competente

**ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**

Equipe de apoio

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Atualização: Dezembro/2023  
Termo de Referência – Contratação Direta  
Aprovado pela Secretaria de Gestão.  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão



Pág.: 10 / 11 - ID. do Doc.: 2.506.603 - 27/04/2026 - 12:50:27 - ASSINADO POR(2): CPF:529.057.2-4 CPF:825.527.2-5

Pág.: 42 / 56 - ID. do Doc.: 2.500.845 - 15/05/2026 - 13:35:15 - ASSINADO POR(1): CPF:005.577.2-6

Cod. de Autenticidade do Doc.: 13Z4.3E35.6159.6528.4721 - ATHUS - PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI - RO

Cod. de Autenticidade do Doc.: 13Z4.3E35.6159.6528.4721 - ATHUS - PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI - RO



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IRGO MENDONÇA ALVES**, CPF: 529.05\*. \*\*2-\*4 em **27/04/2026 14:55:21**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **14Z5.2X55.621A.955W.8680**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52\*. \*\*2-\*5 em **27/04/2026 12:50:27**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1274.3X50.127X.U27X.5470**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **2.506.603** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52\*. \*\*2-\*5, em **27/04/2026 - 12:50:27**

Código de Autenticidade deste Documento: 12Z8.0650.5274.Z338.8650

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO

## Estudo Técnico Preliminar 9/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 0000752.05.01-2026

## 2. Introdução

2.1 O presente **Estudo Técnico Preliminar – ETP** tem por finalidade subsidiar técnica e administrativamente a instauração de procedimento licitatório destinado à **aquisição de motocicletas**, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de **Candeias do Jamari – RO**, especialmente para apoio logístico às atividades desenvolvidas pelos **Agentes Comunitários de Saúde – ACS** e **Agente de Combate às Endemias – ACE**

A contratação está vinculada a recursos oriundos de **repasse fundo a fundo**, provenientes das seguintes propostas:

- **Proposta nº 0005.007197/2025-24**  
Processo nº **07006/2025-17**  
Objeto: Aquisição de motocicletas para Agente de Combate às Endemias e materiais permanentes  
Valor: **R\$ 150.000,00**
- **Proposta nº 0005.005805/2025-66**  
Processo nº **07021/2025-11**  
Objeto: Aquisição de motocicletas para os Agentes Comunitários de Saúde  
Valor: **R\$ 150.000,00**

Os recursos serão aplicados na estruturação da Atenção Primária em Saúde, visando ampliar a mobilidade das equipes e melhorar a capacidade operacional da rede municipal de saúde.

O presente estudo observa as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, especialmente o disposto no **art. 18**, que estabelece a obrigatoriedade da realização do Estudo Técnico Preliminar como etapa de planejamento da contratação pública.

## 3. Descrição da necessidade

3.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Candeias do Jamari executa ações de atenção primária e de vigilância em saúde por meio das equipes da Estratégia Saúde da Família, nas quais os **Agentes Comunitários de Saúde – ACS** e os **Agentes de Combate às Endemias – ACE** desempenham papel fundamental no acompanhamento das famílias e no desenvolvimento de ações preventivas no território.

Esses profissionais são responsáveis por atividades essenciais à saúde pública, tais como:

- realização de visitas domiciliares periódicas;
- acompanhamento de gestantes, crianças, idosos e pacientes com doenças crônicas;
- identificação de situações de risco sanitário;
- orientação à população sobre medidas de prevenção em saúde;
- desenvolvimento de ações de vigilância e controle de doenças endêmicas, como dengue, chikungunya, zika e outras arboviroses;
- monitoramento de focos e criadouros de vetores transmissores de doenças.

Considerando a natureza dessas atividades, o deslocamento frequente entre as unidades de saúde e as residências da população constitui elemento essencial para a efetividade das ações de saúde pública desenvolvidas no território.

O Município de Candeias do Jamari apresenta **extensão territorial significativa**, com comunidades localizadas tanto na área urbana quanto em regiões mais afastadas, o que exige maior capacidade de mobilidade por parte das equipes de saúde.

Nesse cenário, a disponibilização de **veículos adequados para deslocamento** torna-se indispensável para assegurar a continuidade e a eficiência das ações realizadas pelos profissionais que atuam diretamente nas comunidades.

### 3.2 Problema para a Administração Pública

Atualmente, a Secretaria Municipal de Saúde enfrenta limitações relacionadas à **insuficiência de meios de transporte destinados ao deslocamento dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e dos Agentes de Combate às Endemias – ACE**, o que impacta diretamente a capacidade operacional das equipes no território.

A ausência ou insuficiência de veículos adequados pode ocasionar:

- redução da frequência das visitas domiciliares;
- dificuldade de acesso a determinadas áreas do município;
- limitação das atividades de vigilância e monitoramento epidemiológico;
- redução da efetividade das ações de prevenção e promoção da saúde;
- maior tempo de deslocamento entre as unidades de saúde e as áreas atendidas;
- sobrecarga operacional para as equipes de saúde.

Além disso, a dificuldade de deslocamento compromete o desenvolvimento de ações estratégicas de controle de doenças endêmicas, especialmente no que se refere ao combate às **arboviroses**, que representam importante problema de saúde pública em diversas regiões do país.

A ausência de meios adequados de mobilidade também pode prejudicar o acompanhamento contínuo das famílias assistidas pelas equipes de saúde da Atenção Primária, comprometendo a efetividade das políticas públicas voltadas à promoção da saúde e prevenção de doenças.

### 3.3 Benefícios com a Implementação da Solução

A aquisição de motocicletas destinadas ao uso institucional pelos **Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE** proporcionará benefícios relevantes à Administração Pública e à população atendida, dentre os quais destacam-se:

- ampliação da capacidade de deslocamento das equipes de saúde;
- aumento da frequência e regularidade das visitas domiciliares;
- fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica e ambiental;
- maior eficiência no monitoramento e controle de doenças endêmicas;
- melhoria da cobertura territorial das ações de saúde;
- maior agilidade na identificação de situações de risco sanitário;
- fortalecimento das políticas públicas de promoção e prevenção em saúde.

### 3.4 Consequências da Não Implementação da Solução

A não implementação da solução proposta poderá acarretar:

- manutenção das limitações de mobilidade das equipes de saúde;
- redução da capacidade de cobertura territorial das ações da Atenção Primária;
- menor efetividade das ações de prevenção e controle de doenças;
- aumento do risco de proliferação de doenças transmitidas por vetores;
- prejuízo ao acompanhamento contínuo das famílias assistidas.

### 3.5 Retorno Esperado à População

Com a aquisição das motocicletas, espera-se proporcionar **maior eficiência na execução das atividades desenvolvidas pelos ACS e ACE**, garantindo:

- melhoria da qualidade da assistência prestada à população;
- maior proximidade entre os serviços de saúde e a comunidade;
- fortalecimento das ações preventivas;
- ampliação da cobertura das atividades de vigilância e promoção da saúde.

Dessa forma, a contratação contribuirá para o fortalecimento da rede municipal de saúde, promovendo maior eficiência administrativa e melhoria na prestação dos serviços públicos de saúde à população do Município de Candeias do Jamari – RO.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

**5.1** Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação.

**5.2** Poderão participar desta Licitação exclusivamente Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, observando o disposto no artigo 48, I, e art. 49, IV da Lei Complementar nº 147, de 7/8/2014, que alterou a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), e que atendam às condições previstas neste estudo técnico preliminar.

Para atendimento da necessidade identificada, a contratação deverá contemplar motocicletas que atendam, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:

- veículo novo, **zero quilômetro**;
- modelo mínimo, **2025/2026**;
- cor predominante **branca**;
- motor **gasolina, monocilíndrico, 4 tempos**;
- arrefecimento a ar;
- sistema de **injeção eletrônica**;
- cilindrada mínima de **100 cc**;
- potência mínima de **7,9 cv**;
- transmissão manual de **4 velocidades ou automática**;
- sistema de partida **elétrica ou pedal**;
- pneus e rodas originais de fábrica;
- pneus fabricados no ano corrente ou até **12 meses anteriores à entrega**.
- Os veículos deverão ser entregues acompanhados de:
- manual do fabricante;
- certificado de garantia;
- chave reserva;
- emplacamento, licenciamento e dpvat pela contratada em nome do ente federado;

### 5.3 Qualificação Técnica

Para fins de habilitação técnica, as licitantes deverão apresentar documentação que comprove aptidão para fornecimento de bens compatíveis com o objeto da presente contratação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### I – Atestado de Capacidade Técnica

**Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) a aptidão para o fornecimento de bens compatíveis em características com o objeto da presente licitação, demonstrando experiência no fornecimento de veículos automotores ou motocicletas.**

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- identificação da entidade emitente;
- identificação da empresa fornecedora;
- descrição do objeto fornecido;
- período de fornecimento;
- declaração de que o fornecimento foi executado de forma satisfatória.

#### II – Comprovação de Regularidade Comercial

A licitante deverá comprovar que exerce atividade compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de documentação que demonstre atuação no ramo de **comercialização ou fornecimento de veículos automotores ou motocicletas**, conforme previsto em seu contrato social ou cadastro fiscal.



### III – Garantia e Assistência Técnica

A empresa deverá assegurar que os veículos ofertados possuam **garantia mínima de fábrica**, nos termos das condições estabelecidas pelo fabricante, bem como assistência técnica autorizada disponível em território nacional, assegurando suporte adequado durante o período de garantia.

### IV – Declaração de Conformidade

A licitante deverá apresentar **declaração formal** de que os veículos ofertados atendem integralmente às especificações técnicas previstas no Termo de Referência e nas normas vigentes aplicáveis ao setor automotivo.

### V – Documentação do Veículo

Os veículos fornecidos deverão atender às normas técnicas e regulamentações aplicáveis aos veículos automotores, devendo possuir:

- certificação de conformidade com as normas do **CONTRAN**;
- documentação necessária para registro e circulação no território nacional;
- manual do fabricante e certificado de garantia.

## 6. Levantamento de Mercado

6.1 Em atendimento ao **art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021**, procedeu-se à análise das alternativas disponíveis no mercado para atendimento da necessidade administrativa.

Foram identificadas três possíveis soluções.

**SOLUÇÃO 1 – Aquisição de motocicletas** Consiste na compra definitiva dos veículos para incorporação ao patrimônio do município. **V**

- incorporação patrimonial dos bens;
- disponibilidade permanente dos veículos;
- maior autonomia administrativa;
- melhor custo-benefício no médio e longo prazo;
- compatibilidade com a natureza dos recursos de investimento.

#### Desvantagens

- necessidade de investimento inicial;
- responsabilidade da administração pela manutenção da frota.

**SOLUÇÃO 2 – Locação de motocicletas** Consiste na contratação de empresa para disponibilização temporária dos veículos mediante pag

- menor desembolso inicial;
- possibilidade de substituição de veículos pela contratada.

#### Desvantagens

- ausência de incorporação patrimonial;
- dependência contratual contínua;
- custo prolongado ao longo do tempo;
- incompatibilidade com a finalidade dos recursos recebidos.

**SOLUÇÃO 3 – Utilização de veículos existentes na frota municipal** Consiste no remanejamento de veículos atualmente pertencentes à f

- ausência de nova contratação imediata.

#### Desvantagens

- insuficiência de veículos disponíveis;
- prejuízo às demais áreas administrativas;

- solução parcial e insuficiente para atendimento da demanda.

#### Identificação da Solução Mais Adequada

Após análise das alternativas, conclui-se que a **Solução 1 – Aquisição de motocicletas** apresenta maior aderência ao interesse público, uma vez que:  
permite incorporação patrimonial;

- apresenta melhor custo-benefício;
- assegura disponibilidade permanente dos veículos;
- atende à finalidade dos recursos recebidos.

Dessa forma, a adoção da solução de **aquisição mediante Pregão Eletrônico**.

## 7. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na **aquisição de motocicletas novas**, destinadas ao uso institucional pelos Agentes Comunitários de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, modalidade indicada para aquisição de bens comuns cujas especificações podem ser objetivamente definidas no edital.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	PRODUTO	UN	QNT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	<p><b>VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA NOVO, ZERO KM</b>, veículo novo, zero quilômetro, cor predominante branca, modelo mínimo 2025/2026, motor gasolina, monocilíndrico, 4 tempos, arrefecimento a ar, sistema de injeção eletrônica, cilindrada mínima de 100 cc, potência mínima de 7,9 cv, transmissão manual de 4 velocidades ou automática, sistema de partida elétrica ou pedal, pneus e rodas originais de fábrica, pneus fabricados no ano corrente ou até 12 meses anteriores à entrega, Os veículos deverão ser entregues acompanhados de manual do fabricante, certificado de garantia, chave reserva, documentação necessária para registro e circulação.</p> <p><b>IMPORTANTE:</b> Todos os veículos devem ser entregues plotados, emplacados /licenciamento e dpvat pela contratada em nome do ente federado;</p>	Und	15	R\$15.164,55	R\$227.468,25

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 227.468,25

**9.1** O custo estimado da contratação é de R\$ 227.468,25 (Duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos). Considerando os termos do §1º do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado por contratação do serviço, a média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, sobre um conjunto de no mínimo três preços, mediante pesquisa em sistema de banco de preço. Foi utilizada a metodologia da média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, com a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, para estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### 10.1 O parcelamento da contratação

Não se mostra tecnicamente recomendável o parcelamento da contratação, uma vez que o objeto possui características padronizadas e pode ser plenamente fornecido por um único fornecedor.

Ademais, a contratação em lote único tende a ampliar a competitividade entre os licitantes e possibilitar ganhos de escala, contribuindo para a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com potencial redução de custos e maior eficiência na execução contratual.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes necessárias à execução do objeto.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada às ações estratégicas da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente no que se refere ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde e à ampliação da capacidade operacional dos serviços ofertados à população.

Destaca-se que a demanda decorre da disponibilização de **recurso proveniente de emenda parlamentar não prevista inicialmente no planejamento orçamentário anual**, o que justificou a adequação das ações administrativas para viabilizar a aplicação eficiente do recurso público. Assim, a contratação visa garantir o adequado aproveitamento da emenda recebida, contribuindo diretamente para a melhoria da estrutura e do atendimento prestado pela rede municipal de saúde.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### 13.2 Objetivo e Benefícios da Contratação

A aquisição de motocicletas destinadas ao apoio logístico das atividades desenvolvidas pelos **Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE** tem como objetivo fortalecer as ações de atenção primária e vigilância em saúde no Município de Candeias do Jamari – RO.

Nos termos do **art. 18, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, a contratação busca assegurar maior eficiência administrativa, melhoria na pres

Isso contribui diretamente para:

- melhoria do acompanhamento de gestantes, crianças, idosos e pacientes com doenças crônicas;
- fortalecimento das ações de prevenção e promoção da saúde;
- maior proximidade entre os serviços de saúde e a comunidade.

**Ampliação da Cobertura das Ações de Saúde** Com a melhoria da mobilidade dos **ACS e ACE**, será possível ampliar a cobertura territori

Essa ampliação contribui para:

- identificação precoce de situações de risco sanitário;
- monitoramento mais eficiente das condições de saúde da população;
- fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica e ambiental.

**Fortalecimento das Ações de Vigilância e Controle de Doenças** A atuação dos **Agentes de Combate às Endemias – ACE** é fundamenta

- maior eficiência nas ações de inspeção e controle de criadouros de vetores;
- intensificação das atividades de vigilância ambiental;
- resposta mais rápida às situações de risco epidemiológico.

#### **Eficiência Operacional da Administração Pública**

A aquisição das motocicletas permitirá maior eficiência na execução das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, contribuindo para:

- otimização do tempo de deslocamento das equipes;
- melhor organização das atividades de campo;
- aumento da produtividade das equipes de saúde.

#### **Sustentabilidade Administrativa e Operacional**

A incorporação das motocicletas ao patrimônio público proporciona maior autonomia administrativa, permitindo a utilização contínua dos veículos para atendimento das demandas da rede municipal de saúde.

Essa solução apresenta melhor custo-benefício no médio e longo prazo, além de garantir maior previsibilidade na gestão dos recursos públicos.

**Conclusão** A contratação proposta apresenta benefícios técnicos, operacionais e institucionais relevantes, assegurando:

- melhoria na qualidade da assistência prestada à população;
- fortalecimento das ações de atenção primária e vigilância em saúde;
- ampliação da cobertura territorial das equipes;
- maior eficiência administrativa e operacional da Secretaria Municipal de Saúde.

Dessa forma, a contratação encontra-se alinhada às diretrizes estabelecidas pela **Lei nº 14.133/2021**, contribuindo para a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços públicos de saúde oferecidos à população do Município de **Candeias do Jamari – RO**.

## **14. Providências a serem Adotadas**

Antes da formalização da contratação para **aquisição de motocicletas destinadas ao apoio logístico das atividades desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE**, a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA adotará as providências administrativas necessárias para assegurar a adequada execução do contrato, em conformidade com o planejamento da contratação previsto na **Lei Federal nº 14.133/2021**.

Nesse sentido, destacam-se as seguintes medidas:

#### **Capacitação de servidores responsáveis pela gestão e fiscalização contratual**

A Secretaria Municipal de Saúde designará servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, os quais deverão acompanhar a execução contratual, verificar o cumprimento das especificações técnicas dos veículos fornecidos e assegurar a conformidade da entrega com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

Caso necessário, poderão ser realizadas orientações internas para os servidores responsáveis pela fiscalização, visando garantir adequado acompanhamento da execução contratual e observância das normas aplicáveis às contratações públicas.

#### **Organização da estrutura administrativa para recebimento dos veículos**

A Administração providenciará a organização dos procedimentos internos necessários ao recebimento dos veículos, incluindo:

- verificação das especificações técnicas das motocicletas entregues;
- conferência da documentação dos veículos;
- análise das condições de garantia fornecidas pelo fabricante;
- emissão dos termos de recebimento provisório e definitivo.

#### Procedimentos para incorporação patrimonial

Após o recebimento definitivo, os veículos serão devidamente registrados e incorporados ao patrimônio público municipal, observando-se os procedimentos administrativos aplicáveis ao controle patrimonial da Administração Pública.

Também serão adotadas as medidas necessárias para o **registro e regularização dos veículos**, incluindo emplacamento e demais providências exigidas pela legislação de trânsito.

#### Planejamento da utilização dos veículos

A Secretaria Municipal de Saúde organizará a distribuição e utilização das motocicletas entre os profissionais responsáveis pelas atividades de campo, especialmente os **Agentes Comunitários de Saúde – ACS** e **Agentes de Combate às Endemias – ACE**, garantindo que os veículos sejam utilizados exclusivamente para fins institucionais e em conformidade com as normas administrativas aplicáveis.

A distribuição dos veículos será realizada pela **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA**, considerando critérios de necessidade operacional, área territorial de atuação das equipes, cobertura das unidades de saúde e demanda das atividades de vigilância e acompanhamento domiciliar.

Somente poderão utilizar os veículos os servidores **devidamente habilitados**, possuidores de **Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida e compatível com a categoria do veículo**, conforme legislação de trânsito vigente.

A utilização das motocicletas deverá ser formalizada por meio de **Termo de Responsabilidade de Uso**, a ser assinado pelo servidor designado, estabelecendo obrigações relacionadas à guarda, conservação e uso adequado do patrimônio público.

#### Distribuição prevista das motocicletas

Unidade / Setor	Profissional	Quantidade de Veículos
Equipes de Estratégia Saúde da Família – ACS	Agentes Comunitários de Saúde	10
Vigilância em Saúde – Controle de Endemias	Agentes de Combate às Endemias	5
<b>Total</b>		<b>15 motocicletas</b>

A distribuição poderá ser ajustada pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as necessidades operacionais e organização das equipes no território municipal.

**Justificativa quanto à inexistência de providências estruturais adicionais** Considerando a natureza do objeto da contratação, não se verifica a necessidade de providências estruturais adicionais. Da mesma forma, não se identificam necessidades técnicas adicionais que impeçam a execução adequada da contratação.

**Conclusão** As providências administrativas acima descritas visam assegurar que a contratação seja executada de forma eficiente, transparente e em conformidade com a legislação aplicável.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

**15.1 Possíveis Impactos Ambientais** A aquisição e utilização de motocicletas destinadas ao apoio das atividades desenvolvidas pelos **Agentes Comunitários de Saúde – ACS** e **Agentes de Combate às Endemias – ACE**.

Dessa forma, a Administração Pública deve considerar e adotar medidas adequadas para minimizar eventuais impactos ambientais decorrentes da utilização desses veículos.



**Emissão de Gases Poluentes Descrição:** A utilização de motocicletas movidas a combustível fóssil pode gerar emissão de gases poluente.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas informações levantadas neste **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, na análise das necessidades apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Candeias do Jamari – RO e no levantamento das alternativas disponíveis no mercado, conclui-se pela **viabilidade técnica, administrativa e econômica da contratação pretendida**.

A aquisição das motocicletas destinadas ao apoio logístico das atividades desenvolvidas pelos **Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE** mostra-se adequada para atender às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, contribuindo para o fortalecimento das ações de atenção primária e vigilância em saúde no território municipal.

A solução proposta apresenta vantagens relevantes para a Administração Pública, dentre as quais destacam-se:

- melhoria da mobilidade das equipes de saúde;
- ampliação da cobertura territorial das ações de saúde;
- maior eficiência na realização de visitas domiciliares;
- fortalecimento das ações de vigilância e controle de doenças;
- melhoria na qualidade da assistência prestada à população.

Sob o aspecto econômico, a solução demonstra-se compatível com os recursos disponíveis, provenientes de repasse **fundo a fundo**, apresentando relação custo-benefício adequada para a Administração Pública.

Além disso, a contratação encontra-se em conformidade com os princípios da **legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e supremacia do interesse público**, previstos na **Lei Federal nº 14.133/2021**, especialmente no que se refere ao planejamento das contratações públicas.

Dessa forma, conclui-se que a contratação proposta é **tecnicamente adequada, administrativamente necessária e economicamente viável**, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo com a elaboração do **Termo de Referência e a realização do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico**, visando à aquisição das motocicletas destinadas à Secretaria Municipal de Saúde de Candeias do Jamari – RO.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**IRGO MENDONCA ALVES**

Autoridade competente

**ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**

Equipe de apoio





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IRGO MENDONÇA ALVES**, CPF: 529.05\*. \*\*2-\*4 em **13/03/2026 07:50:30**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **07R4.4U50.530Z.V616.1617**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52\*. \*\*2-\*5 em **12/03/2026 13:43:15**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **13K1.6V43.315Z.W66R.1444**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **2.398.DE3** - Tipo de Documento: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - ETP - Nº 37/2026**

Elaborado por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52\*. \*\*2-\*5 , em **12/03/2026 - 13:43:15**

Código de Autenticidade deste Documento: 1365.7W43.815K.Z17W.1634

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO

## Matriz de Gerenciamento de Riscos 46/2026

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos 46/2026  
Status da Matriz de Alocação de Riscos Concluído (Planejamento)  
Objeto da Matriz de Riscos aquisição de motocicletas para apoio logístico às atividades desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agente de Combate às Endemias -

Responsável pela Edição ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA  
Data de Criação 27/04/2026 13:04

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Falhas ou impedimentos na fase da disputa do pregão eletrônico	Problemas técnicos na plataforma, falhas no envio de propostas ou documentação incompleta.	Seleção do Fornecedor	Administração	Baixo	1
	Impactos					
	1	Atraso na fase competitiva e prejuízo à participação de licitantes.				
	Ações Preventivas					
	P-01	Verificar estabilidade da plataforma; Orientar fornecedores quanto ao envio de propostas; Conferir documentação previamente; Realizar testes no sistema.				
Ações de Contingência						
C-01	Reagendar sessão; Disponibilizar suporte técnico; Reabrir prazos conforme legislação			Responsável: LUCIVALDO SILVA DA COSTA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Desistência do fornecedor vencedor	Incapacidade operacional, proposta inexequível ou desinteresse após a fase de lances.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	Atraso na contratação e necessidade de convocação do segundo colocado.				
	Ações Preventivas					
	P-01	Analisar exequibilidade da proposta, Verificar capacidade técnica do fornecedor, Exigir declarações obrigatórias.			Responsável: LUCIVALDO SILVA DA COSTA	
Ações de Contingência						
C-01	Convocar remanescente, Aplicar penalidades, Avaliar novo certame.			Responsável: LUCIVALDO SILVA DA COSTA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Atraso na entrega das motocicletas	Problemas logísticos, falta de estoque ou atraso no transporte.	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
	1	Comprometimento das atividades dos ACS e ACE e prejuízo ao atendimento da população.				
	Ações Preventivas					
	P-01	Exigir prazo de entrega definido; Solicitar comprovação de capacidade logística; Acompanhar execução do contrato.			Responsável: ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA	
Ações de Contingência						
C-01	Aplicar penalidades contratuais, Notificar formalmente a empresa, Convocar fornecedor substituto, se necessário.			Responsável: LUCIVALDO SILVA DA COSTA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Entrega em desacordo com especificações	Fornecimento de motocicletas fora das especificações do TR.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	
	Impactos					
	1	Recusa do objeto e atraso na execução contratual.				
	Ações Preventivas					

P-01	Detalhar bem as especificações no TR, Exigir declaração de conformidade, Fiscalização no recebimento.	<b>Responsável:</b> ELISANGELA SOUZA LIMA	FERREIRA	DE
<b>Ações de Contingência</b>				
C-01	Rejeitar o objeto, Exigir substituição imediata, Aplicar sanções.	<b>Responsável:</b> ELISANGELA SOUZA LIMA	FERREIRA	DE

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Nenhum responsável assinante incluído.





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI  
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000  
CNPJ: 63.761.902/0001-60



#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IRGO MENDONÇA ALVES**, CPF: 529.05\*. \*\*2-\*4 em **27/04/2026 14:08:24**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **14V8.3308.3243.U828.0023**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52\*. \*\*2-\*5 em **27/04/2026 12:45:58**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **12A1.8W45.1588.W67U.8827**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **2.506.4BE** - Tipo de Documento: **ANÁLISE DE RISCO - AR - Nº 35/2026**

Elaborado por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52\*. \*\*2-\*5, em **27/04/2026 - 12:45:58**

Código de Autenticidade deste Documento: 1260.4145.258U.472A.3617

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>

